



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

05. Relatório de Gestão



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

2. INTRODUÇÃO

A prestação de contas anual é um dever constitucional da Administração Pública, estabelecido em nossa Carta Magna:

“Art. 70

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

Neste contexto, a prestação de contas da Casa Civil visa dar ao controle externo o conhecimento das ações que foram desenvolvidas, dos atos praticados e, por consequência, oferecer transparência para que esses atos sejam melhor avaliados.

Este relatório apresenta informações a respeito das competências e base legal desta Casa, avaliação da execução orçamentária, evolução dos programas, disfunções, situação dos projetos, indicadores de gestão, dados dos gestores responsáveis pelos setores de administração, finanças e patrimônio.

Ressalta-se que os dados aqui expostos estão em conformidade com a Instrução Normativa 6/2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e com o Decreto Estadual 5.364/2016.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

5. RELATÓRIO DE GESTÃO

5.1 Apresentação

O presente Relatório tem como objetivo expor as atividades desenvolvidas pela Casa Civil no exercício de 2016, bem como avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, e ainda, comprovar a legalidade quanto à eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das atividades desenvolvidas por esta Casa.

5.2 BASE LEGAL

A Casa Civil constitui-se órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, com amparo na Lei 2.425, de 11 de janeiro de 2011 combinados com a Lei 2.986, de 13 de julho de 2015.

5.3 COMPETÊNCIAS

São competências pertinentes à Casa Civil:

- Assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;
- Verificar previamente a constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;
- Elaborar os projetos de leis e acompanhar os atos do processo legislativo;
- Encaminhar mensagens governamentais ao Legislativo;
- Acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;
- Publicar as leis editadas e os atos do Poder Executivo;



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

- Administrar o Diário Oficial do Estado;
- Controlar e arquivar em meios físicos e eletrônicos os atos do Governador;
- Acompanhar as matérias inerentes aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes.

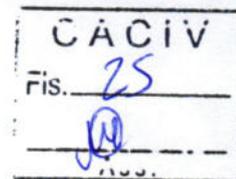
5.4 LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Os trabalhos realizados na execução orçamentário-financeira do exercício de 2015 foram desenvolvidos com amparo nas seguintes leis:

- Lei 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;
- Lei Complementar 101/00 – LRF;
- Lei 3.048, de 21 de dezembro de 2015 – LDO;
- Lei 3.052, de 21 de dezembro de 2015 – LOA;
- Lei 3.051, de 21 de dezembro de 2015, e suas alterações – PPA.

Houve suplementação no valor do orçamento inicial de R\$ 522.031,00, correspondente a 14,93% do orçamento inicial fixado, devido às transferências de recursos de outros órgãos, formalizado através de Decreto Estadual, conforme demonstrado abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Orçamento Inicial	3.494.890,00	
(-) Reduções	0,00	
Suplementações	522.031,00	
TOTAL	4.016.921,00	



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

5.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE DE RECURSOS

Os quadros a seguir demonstram a eficiência da execução orçamentária:

Categoria Econômica	Autorizada	Executada	%	Saldo
Despesas Correntes	4.016.921,00	3.990.313,14	99,34	26.607,86
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.016.921,00	3.990.313,14	99,34	26.607,86

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
0100 – Recursos Ordinários	4.016.921,00	3.990.313,14	26.607,86	99,34
TOTAL	4.016.921,00	3.990.313,14	26.607,86	99,34

5.6 EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

As atribuições da Casa Civil desenvolveram-se por meio do Programa de Manutenção da Casa Civil. Para esse programa, foram autorizados recursos da ordem de R\$ 4.016.921,00 com execução de 99,34%, ou seja, R\$ 3.990.313,14, demonstrados nos anexos:

5.6.1 Programa Gestão e Manutenção da Casa Civil

O objetivo do programa é assegurar à Casa Civil instrumento de programação para alcançar os objetivos do Programa Apoio Administrativo, com as ações necessárias à manutenção da ação governamental.

Do Programa de Apoio Administrativo ainda merecem destaque as seguintes realizações:

- Aumento do quadro de pessoal do contingente de 40 para 43 servidores;



CACIV
Fis. 26
JD
PROJ.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

- Atendimentos referentes a e-mails e publicação de matérias no Diário Oficial do Estado, bem como pesquisas e atendimento no balcão e apoio ao Gabinete do Secretário-Chefe;
- Autuação e execução de média de 35 processos, sendo: um de diárias, treze de folha de pagamento, sete de suprimento de fundos, um de auxílio natalidade e outros de material de consumo, serviços de terceiros, telefonia dentre outros. Além desses processos de compras e serviços, foi montado um referente ao inventário patrimonial e um à prestação de contas;
- Recebimento e protocolização de ofícios remetidos à Casa Civil e ao Gabinete do Governador.

CACIV
Fis. 27



Governo do
TOCANTINS

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2016

Casa Civil

Unidade Gestora:

09020 Casa Civil

Programa:

1115 Manutenção da Casa Civil

Ação:

2199 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
120.000,00	-40.754	79.246,00	74.512,59	74.512,59	74.482,59	4.733,41	94,02	100,00	99,95

Recursos Ordinários - Administração Direta

0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
120.000,00	-40.754	79.246,00	74.512,59	74.512,59	74.482,59	4.733,41	94,02	100	99,95

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
04.122.1115	33.90.08	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1115	33.90.14	0100	10.000,00	1.890,00	11.890,00	11.032,50	11.032,50	11.032,50	857,50	92,78	100,00	100,00
04.122.1115	33.90.30	0100	20.000,00	-8.878,00	11.122,00	11.121,35	11.121,35	11.121,35	0,65	99,99	100,00	100,00
04.122.1115	33.90.31	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1115	33.90.33	0100	15.000,00	-10.653,00	4.347,00	4.043,33	4.043,33	4.043,33	303,67	93,01	100,00	100,00
04.122.1115	33.90.39	0100	61.000,00	-15.577,00	45.423,00	41.851,48	41.851,48	41.821,48	3.571,52	92,13	100,00	99,92
04.122.1115	33.90.92	0100	4.000,00	2.464,00	6.464,00	6.463,93	6.463,93	6.463,93	0,07	99,99	100,00	100,00

Referência

Ano 2016	Período 3o Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

Análise:

A finalidade dessa ação é contribuir para a manutenção e aperfeiçoamento das atividades e serviços relacionados à administração geral, desenvolvidas pela Administração Pública Estadual, nessa ação foram realizadas despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos Programas Temáticos, tais como: Despesa com diárias no valor de R\$ 11.032,50, material de consumo e suprimentos de fundos no valor de R\$ 11.121,35, passagens aéreas no valor de R\$4.043,33, prestação de serviço com pessoa jurídica, suprimentos de fundos e vale transporte no valor de R\$41.821,48, despesas do exercício anterior, com telefonia movel e internet no valor de R\$6.463,93, sendo liquidado 94,02 do orçamento utilizado do valor total.

Igor de Sousa Lemos Fernandes
Contador - CRC-TO 4794/O-5

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

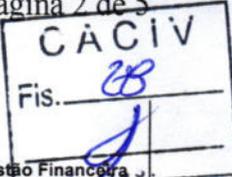
Marcos Euripedes Borba
Gerente de Execução Orçamentária,
Financeira e Contábil
Casa Civil



Governo do
TOCANTINS

Casa Civil

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2016



Unidade Gestora:

09020	Casa Civil
-------	------------

Programa:

1115	Manutenção da Casa Civil
------	--------------------------

Ação:

2238	Manutenção de Recursos Humanos
------	--------------------------------

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
3.214.890,00	661.110	3.876.000,00	3.875.096,27	3.875.096,27	3.494.086,67	903,73	99,97	100,00	90,16

Recursos Ordinários - Administração Direta

0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
3.214.890,00	661.110	3.876.000,00	3.875.096,27	3.875.096,27	3.494.086,67	903,73	99,97	100	90,16

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
04.122.1115	31.90.11	0100	2.214.890,00	405.090,00	2.619.980,00	2.619.323,83	2.619.323,83	2.394.170,53	656,17	99,97	100,00	91,40
04.122.1115	31.90.13	0100	200.000,00	77.504,00	277.504,00	277.401,60	277.401,60	189.781,97	102,40	99,96	100,00	68,41
04.122.1115	31.90.92	0100	280.000,00	265.520,00	545.520,00	545.519,25	545.519,25	519.926,29	0,75	99,99	100,00	95,30
04.122.1115	31.90.94	0100	50.000,00	-5.462,00	44.538,00	44.537,64	44.537,64	44.537,64	0,36	99,99	100,00	100,00
04.122.1115	31.90.96	0100	100.000,00	-14.216,00	85.784,00	85.641,38	85.641,38	85.641,38	142,62	99,83	100,00	100,00
04.122.1115	31.91.13	0100	350.000,00	-111.116,00	238.884,00	238.882,82	238.882,82	196.239,11	1,18	99,99	100,00	82,14
04.122.1115	31.91.92	0100	20.000,00	43.790,00	63.790,00	63.789,75	63.789,75	63.789,75	0,25	99,99	100,00	100,00

Referência

Ano	Período	Estágio
2016	3o Quadrimestre	Concluída

Análise:

Nesta ação apropriam-se os gastos com remuneração do pessoal e seus encargos sociais, cujo quadro de pessoal da Casa Civil é composto de 43 servidores, dos quais 21 são comissionados, 6 efetivos com função de confiança, 1 efetivos cedido da Secretaria da Educação, sendo desses com função de confiança, 2 requisitados e 11 são efetivos/comissionados, sendo um servidor efetivo/comissionado é do quadro da Secretaria da Educação e requisitado de outro órgão, com ônus para a Casa Civil e um efetivo 1 cedido para outro órgão. A execução financeira da ação no 3º quadrimestre foi de 99,97 % da meta financeira prevista apresentando um bom desempenho, cumprindo sua meta, de manutenção dos recursos humanos necessários ao funcionamento da administração pública estadual. Os valores de 583.716,04 dos exercícios anteriores referente consignações, inss e encargos sociais da folha de pagamento de 2015.

Igor de Sousa Lemos Fernandes
Contador - CRC-TO 4794/0-5

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

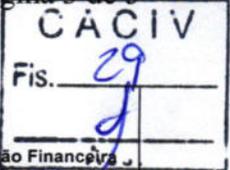
Marcos Euripedes Borba
Gerente de Execução Orçamentária,
Financeira e Contábil
Casa Civil



Governo do
TOCANTINS

Casa Civil

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2016



Unidade Gestora:

09020	Casa Civil
-------	------------

Programa:

1115	Manutenção da Casa Civil
------	--------------------------

Ação:

2266	Manutenção de Serviços de Transporte
------	--------------------------------------

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
135.000,00	-80.004	54.996,00	34.526,28	34.526,28	34.486,12	20.469,72	62,77	100,00	99,88

Recursos Ordinarios - Administracao Direta					0100					
--	--	--	--	--	------	--	--	--	--	--

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
135.000,00	-80.004	54.996,00	34.526,28	34.526,28	34.486,12	20.469,72	62,77	100	99,88

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
04.122.1115	33.90.30	0100	10.000,00	30.463,00	40.463,00	19.996,16	19.996,16	19.996,16	20.466,84	49,41	100,00	100,00
04.122.1115	33.90.39	0100	120.000,00	-117.304,00	2.696,00	2.693,28	2.693,28	2.653,12	2,72	99,89	100,00	98,50
04.122.1115	33.90.92	0100	5.000,00	6.837,00	11.837,00	11.836,84	11.836,84	11.836,84	0,16	99,99	100,00	100,00

Referência

Ano 2016	Período 3o Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

Análise:

A finalidade dessa ação é contribuir para manutenção e aperfeiçoamento das atividades e serviços desenvolvidos na área de transportes pela Administração Pública Estadual, agregando as despesas relacionadas com transporte que não são passíveis de apropriação em Programas Temáticos. As despesas realizadas nessa ação foram R\$ 34.486,12, referente a combustíveis para abastecer 03 (três) veículos pertencentes à frota desta Pasta, aquisição de R\$ 19.996,16 em materiais para manutenção em veículos e suprimento de fundos, R\$2.653,12 em manutenção e conservação de veículos, referente a despesas de exercício anterior totalizando o gasto de R\$ 11.836,84, que equivale a 62,77% do orçamento autorizado

Igor de Sousa Lemos Fernandes
Contador - CRC TO 4794/0-5

Marcos Euripedes Borba
Gerente de Execução Orçamentária,
Financeira e Contábil
Casa Civil

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil



Governo do
TOCANTINS

Casa Civil

CACIV

Fis. 30

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2016

Unidade Gestora:

09020 Casa Civil

Programa:

1115 Manutenção da Casa Civil

Ação:

2283 Manutenção de Serviços de informática

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.000,00	-13.321	6.679,00	6.178,00	6.178,00	6.178,00	501,00	92,49	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
20.000,00	-13.321	6.679,00	6.178,00	6.178,00	6.178,00	501,00	92,49	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
04.126.1115	33.90.30	0100	15.000,00	-12.051,00	2.949,00	2.949,00	2.949,00	2.949,00	0,00	100,00	100,00	100,00
04.126.1115	33.90.39	0100	5.000,00	-2.100,00	2.900,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	500,00	82,75	100,00	100,00
04.126.1115	33.90.92	0100	0,00	830,00	830,00	829,00	829,00	829,00	1,00	99,87	100,00	100,00

Referência

Ano	Período	Estágio
2016	3o Quadrimestre	Concluída

Análise:

A finalidade dessa ação é contribuir para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas na área de informática pela Administração Pública Estadual, agregando as despesas relacionadas com informática que não são passíveis de apropriação em Programas Temáticos.

No terceiro quadrimestre de 2016 foi executado 92,49% do valor, sendo material de consumo e suprimentos de fundos no valor de R\$ 2.949,00, prestação de serviços com pessoa jurídica e suprimentos de fundos no valor de R\$ 2.400,00 e despesas de exercício anterior no valor de 829,00, totalizando o valor gasto de R\$ 3.179,00.

Igor de Sousa Lemos Fernandes
Contador - CRC-TO 4794/O-5

Marcos Euripedes Borba
Gerente de Execução Orçamentária,
Financeira e Contábil
Casa Civil

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil



Governo do
TOCANTINS

CACIV
Fls. 31

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2016

Casa Civil

Unidade Gestora:

09020 Casa Civil

Programa:

1115 Manutenção da Casa Civil

Ação:

2172 Capacitação de Servidores.

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
5.000,00	-5.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
5.000,00	-5.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L	
04.128.1115	33.90.39	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

Referência

Ano	Período	Estágio
2016	3o Quadrimestre	A ser iniciada

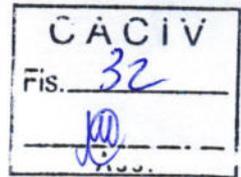
Análise:

Não houve desenvolvimento nessa ação por causa de recursos financeiros.

Igor de Sousa Lemos Fernandes
Contador - CRC-TO 4794/0-5

Marcos Euripedes Borba
Gerente de Execução Orçamentária,
Financeira e Contábil
Casa Civil

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

Durante o exercício de 2016, e acordo com as competências que lhe são atribuídas, a Casa Civil desempenhou seu papel zelando sempre pela eficiência e eficácia de todos os atos governamentais e elaborando projetos de leis do governo, sendo estes de grande relevância para a sociedade tocantinense.

A Casa Civil do Tocantins esteve envolvida na produção de mais de 3.994 Atos Administrativos e/ou Normativos Governamentais, seja na produção, no acompanhamento ou na publicação, compreendendo mensagens, projetos de lei, medidas provisórias, Leis, apostilas, contratos, convênios, despachos, decretos, ofícios, publicações do Diário Oficial e outros.

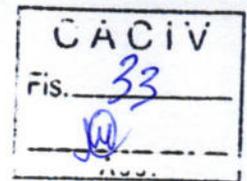
A Técnica Legislativa refere-se ao conjunto dos métodos e procedimentos redacionais e jurídicos específicos, que objetivam a produção de um texto que servirá ao âmbito jurídico, com caráter vinculante, produzindo, normalmente, efeitos gerais e abstratos.

Na área de Produção Legislativa, dentro do que compete à Casa Civil, trabalhou-se na produção e/ou publicação de 122 Leis Ordinárias Estaduais, 6 Leis Complementares Estaduais e 183 Decretos Normativos.

I – Leis- A Lei é a regra de competência, por excelência, do Poder Executivo, que sancionada pelo Governador do Estado tem caráter de subordinação geral e possibilita a inovação à ordem jurídica.

Do número de leis descrito na Tabela anterior, apresenta-se a seguir algumas, com suas respectivas ementas, entre as que foram conclusas neste ano de 2016.

De modo sistemático, seguem dispostas algumas Leis que merecem destaque, segundo o período de publicação, Leis Ordinárias e Complementares de iniciativa do Executivo Estadual, elaboradas na Casa Civil, com sanção em 2016, acompanhadas de e suas respectivas ementas:



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

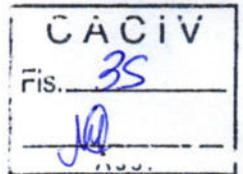
Tabela - Leis sancionadas em 2016.

LEI	EMENTA
3.056 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação de Produtores Rurais da Região Gameleira - APRORGAM.
3.057 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual o Tocantins Esporte Clube da cidade de Miracema do Tocantins - TO.
3.058 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária Ebenézer Social - ACES, localizada no Município de Formoso do Araguaia - TO.
3.059 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Pequenos Agricultores do Rio Macaquinho de Base na Agricultura Familiar, em Palmas - TO.
3.060 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Dona Eunice, no Município de Araguatins - TO. - REPUBLICADA DOE 4552 DE 02.02.2016
3.061 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Lajeado ao Ágio de Lajeado - TO.
3.062 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Comunitário do Tocantins - ICOMTO, do Município de Palmas - TO.
3.063 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação da Comunidade Indígena da Aldeia Canoanã - ACIAC.
3.064 de 05/01/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Sadoc Rodrigues Lima.
3.065 de 05/01/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Luiz Pereira Martins Pires.
3.066 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Amigos do Vale do Araguaia Esporte Clube, no Município de Araguaçu - TO.
3.067 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Atlética Atenas, com atividades em Palmas - TO.
3.068 de 05/01/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Comunicador José Aurivan Lacerda da Silva.
3.069 de 05/01/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Nacional de Desenvolvimento Humanitária.
3.070 de 05/01/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Desembargador Luiz Aparecido Gadotti.
3.071 de 11/01/2016	Revoga dispositivo da Lei 2.859, de 30 de abril de 2014.
3.072 de 13/01/2016	Institui o Programa "TO Legal" na forma como determina. - REPUBLICADA DOE 4.622 DE 17.05.2016
3.073 de 03/03/2016	Extingue o Fundo que especifica, e adota outras providências.
3.074 de 07/03/2016	Altera a Lei 2.679, de 20 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Programa de Apoio à Instalação, Expansão e Operação de Empresas de Logística, Distribuição de Produtos e Transporte Aéreo no Estado do Tocantins - PROLOGÍSTICA, e adota outra providência.
3.075 de 28/03/2016	Institui o Dia Estadual do Bombeiro Civil, e dá outras providências.
3.076 de 28/03/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Sr. Marivaldo Gonçalves Melo.
3.077 de 28/03/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação de Voluntários de



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	Arapoema - AVA, localizada no município de Arapoema - TO.
3.081 de 14/04/2016	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Unicredit, Atividades Bancárias Corporativas e de Investimento, e adota outras providências.
3.082 de 14/04/2016	Declara de utilidade pública estadual o Sindicato Rural de Paraíso do Tocantins - SRP.
3.083 de 26/04/2016	Declara de utilidade pública estadual a Loja Maçônica Acácia do Araguaia nº 18 - Oriente de Araguatins - TO.
3.084 de 26/04/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Músicos de Araguaína - TO.
3.085 de 26/04/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Cristã Jovem de Valor - ADJV.
3.086 de 26/04/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Dr. Henrique Barsanulfo Furtado.
3.087 de 26/04/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação da Igreja Evangélica Pentecostal Príncipe da Paz.
3.089 de 02/05/2016	Institui o dia 03 de dezembro como o Dia do Delegado de Polícia.
3.090 de 02/05/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Padres e Religiosos Estigmatinos de Assistência e Instrução Popular.
3.091 de 02/05/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Produtores Rurais de Combinado - TO (APRUC).
3.092 de 02/05/2016	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Prosperar - Cultura, Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento - IPROS.
3.093 de 03/05/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Tocantinense de Municípios - ATM.
3.094 de 03/05/2016	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Solidário Humano Vale do Sol - Instituto Vale do Sol.
3.095 de 03/05/2016	Declara de utilidade pública estadual a Federação Tocantinense Test Horse - FTTH.
3.096 de 04/05/2016	Dispõe sobre a extinção de créditos e débitos tributários mediante dação em pagamento, e adota outras providências.
3.097 de 12/05/2016	Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Nova Olinda o uso das áreas de terreno urbano que especifica.
3.098 de 12/05/2016	Institui o Prêmio Tocantins de Redução do Consumo de Recursos Hídricos para incentivar e fomentar a economia dos recursos hídricos no Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.099 de 12/05/2016	Institui o mês Junho Vermelho, dedicado à realização de campanhas de incentivo para a doação de sangue, no Estado do Tocantins.
3.100 de 12/05/2016	Dispõe sobre a criação da "Semana Estadual do Incentivo ao Aleitamento Materno".
3.101 de 12/05/2016	Institui o Setembro Verde, mês da Doação de Órgãos no Estado do Tocantins.
3.102 de 12/05/2016	Declara de utilidade pública estadual a Organização Não Governamental Escola da Vida.
3.103 de 12/05/2016	Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada destinado aos Magistrados e aos integrantes do Quadro de Servidores Efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
3.104 de 16/05/2016	Cria, na estrutura organizacional da Secretaria da Administração, a



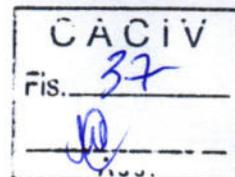
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	Universidade Corporativa do Estado do Tocantins - UNICET, e adota outras providências.
3.105 de 16/05/2016	Dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência visual no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências.
3.106 de 17/05/2016	Altera a Lei 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências.
3.107 de 17/05/2016	Reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS, e adota outra providência. REPUBLICADA DOE 4.626 DE 24.05.2016
3.108 de 18/05/2016	Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Pró-Tocantins as áreas de terreno urbano que especifica, e adota outras providências.
3.109 de 18/05/2016	Altera a Lei 1.698, de 22 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a doar lotes urbanos às famílias cadastradas junto à Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins.
3.110 de 18/05/2016	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Social Anjo Gabriel, no Município de Formoso do Araguaia - TO.
3.111 de 18/05/2016	Denomina "Rodovia Alberto de Deus Guerra" a Rodovia TO-335.
3.112 de 30/05/2016	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Guardas Metropolitanos de Palmas Tocantins - SIGMEP a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências.
3.113 de 02/06/2016	Institui o Estatuto do Parto Humanizado no Tocantins, e dá outras providências.
3.114 de 02/06/2016	Dispõe sobre a convocação de plebiscito nos limites do §4º do art. 18 da Constituição Federal, e adota outras providências.
3.115 de 23/06/2016	MP 19/2016 - Altera o art. 21 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins.
3.116 de 29/06/2016	Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Itaporã do Tocantins o uso da área de terras urbana que especifica.
3.117 de 29/06/2016	Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Peixe o uso da área de terreno urbano que especifica.
3.118 de 29/06/2016	Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Colméia o uso da área de terreno urbano que especifica.
3.119 de 29/06/2016	Altera o art. 63 da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Contencioso Administrativo-Tributário e os Procedimentos Administrativo-Tributários.
3.120 de 29/06/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense, in memoriam, ao Senhor José Iramar da Silva.
3.121 de 12/07/2016	Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.122 de 12/07/2016	Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.123 de 12/07/2016	Altera a Lei no 2.580, de 03 de maio de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

3.124 de 14/07/2016	Transforma em autarquia a fundação que especifica, e adota outras providências.- PARTES VETADAS pelo Governador do Estado e mantidas pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, do projeto convertido em Lei, sob o número 3.124, de 14 de julho de 2016.
3.125 de 02/08/2016	Altera a Lei 503, de 28 de dezembro de 1992, que institui o FUNPEC - Fundo de Defesa Agropecuária, e adota outras providências.
3.126 de 25/08/2016	Altera os arts. 11 e 15 da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
3.127 de 26/08/2016	Dispõe sobre a revisão geral anual da tabela de vencimentos dos servidores efetivos e dos cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.128 de 02/09/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Carlos Walfredo Reis.
3.129 de 02/09/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Carlos Alberto Barros de Castro.
3.130 de 02/09/2016	Denomina "Rodovia Ayrton Senna da Silva" o trecho da Rodovia TO-387 que especifica.
3.131 de 02/09/2016	Obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado do Tocantins a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, e dá outras providências.
3.132 de 02/09/2016	Dispõe sobre a prestação da assistência religiosa nos estabelecimentos que especifica e adota outras providências.
3.133 de 02/09/2016	Obriga bares, restaurantes e estabelecimentos similares a servirem água filtrada aos clientes.
3.134 de 02/09/2016	Denomina "Rodovia Antônio Araújo Dias - Antônio Juca" o trecho da Rodovia TO-010 que especifica.
3.135 de 14/09/2016	Denomina "Rodovia Eudoro Pedroza" o trecho da Rodovia TO-130 que especifica.
3.136 de 14/09/2016	Institui a obrigatoriedade de os supermercados e açougues divulgarem a origem das carnes comercializadas.
3.137 de 14/09/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Vinícius Parisi Júnior.
3.138 de 14/09/2016	Declara de utilidade pública estadual a Instituição Resgate sem Fronteiras, com sede em Palmas - TO.
3.139 de 27/10/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Comercial e Industrial de Tocantínia - ACITO.
3.140 de 27/10/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Solidária de Trabalhador Rural e Meio Ambiente (Cedro Mara) - ASTRAMA.
3.141 de 27/10/2016	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Quemdiria, com sede em Palmas - TO.
3.142 de 27/10/2016	Declara de utilidade pública estadual o Centro Espírita Amor e Caridade - CEAC.
3.143 de 27/10/2016	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Educacional, Cultural, Esportivo Tribo Arte, com sede em Palmas - TO.
3.144 de 27/10/2016	Autoriza o Poder Executivo a ceder à Universidade Federal do Tocantins - UFT o uso da área de terreno urbano que especifica.
	Declara de utilidade pública estadual a Associação Diocesana de



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

3.145 de 27/10/2016	Tocantinópolis - TO.
3.146 de 27/10/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Valdemiro Santiago de Oliveira
3.147 de 03/11/2016	Concede revisão geral da remuneração dos servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos de Provisão em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.
3.148 de 11/11/2016	Denomina "Rodovia Governador Henrique Santillo" os trechos da Rodovia TO-050 que especifica.
3.149 de 11/11/2016	Altera a Lei 1.940, de 1º de julho de 2008, que dispõe sobre a estrutura operacional do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS, e adota outras providências. Altera a Lei 1.940, de 1º de julho de 2008, que dispõe s
3.150 de 23/11/2016	Cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil - FUNPDEC, e adota outras providências.
3.151 de 23/11/2016	Institui o Mutirão de Negociação Fiscal, no âmbito do Poder Executivo, e adota outras providências.
3.152 de 13/12/2016	Altera o art. 8º da Lei 1978, de 18 de novembro de 2008, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal no serviço público do Poder Executivo.
3.153 de 13/12/2016	Altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins.
3.154 de 16/12/2016	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar operação de crédito externo com as garantias que especifica.
3.155 de 16/12/2016	Declara de utilidade pública estadual a Comunidade Theófera, do Município de Araguaína - TO.
3.156 de 16/12/2016	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Nacional de Planejamento Educacional e Consultoria Social - INPECS.
3.157 de 16/12/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação Renascer dos Trabalhadores Rurais do PA Vera Cruz, do Município de Colmeia - TO.
3.159 de 16/12/2016	Declara de utilidade pública a Associação Cristã Projetando Vidas do Município de Arraias - TO.
3.160 de 16/12/2016	Declara de utilidade pública a Associação das Mulheres Feirantes de Taquaruçu - AMFETAQ.
3.161 de 19/12/2016	Atribui nome ao prédio da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO, em Dianópolis - TO.
3.162 de 21/12/2016	Institui o Dia do Mototaxista no Estado do Tocantins.
3.163 de 21/12/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Sr. Kilber Correia Lopes.
3.164 de 21/12/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Sr. Henrique Duarte Prata.
3.165 de 21/12/2016	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Sr. Darci Garcia da Rocha.
3.166 de 21/12/2016	Declara de utilidade pública a Associação Cultural Nordestina Asa Branca.
3.167 de 21/12/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Criadores de Abelhas de Tocantínia, no Município de Tocantínia - TO.
3.168 de 21/12/2016	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Deficientes Visuais do Estado do Tocantins ADVETO.
	Revoga a Lei 2.652, de 29 de novembro de 2012, e o Decreto 4.717,



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

3.169 de 22/12/2016	de 17 de janeiro de 2013, que dispõem sobre doação de área urbana para a Companhia de Saneamento do Tocantins - SANEATINS, e adota outra providência.
3.170 de 22/12/2016	Altera a Lei 2.097, de 13 de julho de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/TO.
3.171 de 28/12/2016	Altera a alínea "a" do inciso I do art. 2º da Lei 3.041, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado.
3.172 de 28/12/2016	Altera a Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.173 de 28/12/2016	Altera o inciso VI do caput do art. 2º da Lei 1.303, de 20 de março de 2002.
3.174 de 28/12/2016	Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins e adota outras providências.
3.175 de 28/12/2016	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e adota outras providências.
3.176 de 28/12/2016	Altera a Lei 3.051, de 21 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2016-2019.
3.177 de 28/12/2016	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017.

II - Leis Complementares

A Lei Complementar é uma regra produzida a partir de uma necessidade expressa na Constituição para regulamentar uma matéria específica.

A seguir estão as leis complementares publicadas, e suas respectivas ementas, no ano de 2016.

Tabela - Leis Complementares - 2016.

LEI COMPLEMENTAR	EMENTA
102 de 06/01/2016	Altera a Lei Complementar nº 10, de 11 de janeiro de 1996.
103 de 06/01/2016	Altera a Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins.
104 de 28/03/2016	Altera a Lei Complementar 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins
105 de 18/05/2016	Altera a Lei Complementar nº 55, de 27 de maio de 2009 que Organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências. - REPUBLICADA DOE 4.626 DE 24.05.2016



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

106 de 18/05/2016	Altera a Lei Complementar Estadual nº 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências.
107 de 25/08/2016	Altera o art. 43 da Lei Complementar 79, de 27 de abril de 2012, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins.
108 de 16/12/2016	Altera a Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, que Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins.

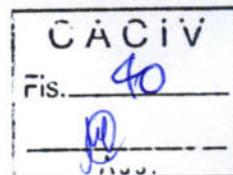
III – Decretos:

O Decreto é o ato normativo, que estando abaixo da Lei, serve para regulamentá-la. Os decretos produzidos pela Casa Civil são privativos do Chefe do Poder Executivo.

Decretos são expedidos para a regulamentação das Leis, a fim de permitir a fiel execução das normas legais, bem assim para a disciplina de assuntos de rotina administrativa ou tratamento de outras situações pontuais ou excepcionais, tais como pontos facultativos, luto oficial, transposições de dotações orçamentárias, cessões de áreas, regramento da gestão, situação de emergência e providências administrativas foram contempladas por Decreto, merecendo destaque os seguintes:

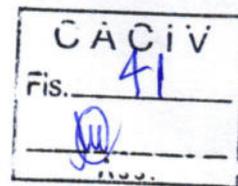
Tabela: Decretos de destaque produzidos na Casa Civil e publicados no período de janeiro a dezembro de 2016.

DECRETO	EMENTA
5.364 de 11/01/2016	Dispõe sobre a prestação de contas anual do Governador do Estado e dos gestores dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências.
5.365 de 15/01/2016	Regulamenta a Lei 3.041, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil, e adota outras providências.
5.366 de 20/01/2016	Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso dos recursos estaduais para o exercício financeiro de 2016, e adota outras providências.
5.367 de 20/01/2016	Revoga o Decreto 3.678, 24 de abril de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Estadual.
5.368 de 21/01/2016	Institui a Sala Estadual de Coordenação e Controle para o enfrentamento da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus, e adota outras providências.



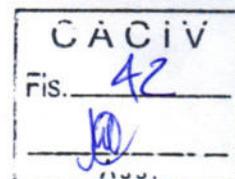
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

5.369 de 27/01/2016	Determina a adoção de providências para a redução e contenção de gastos públicos com pessoal, na forma que especifica, e adota outras providências.
5.371 de 28/01/2016	Dispõe sobre o remanejamento das dotações orçamentárias que especifica.
5.372 de 29/01/2016	Altera o Decreto 5.259, de 11 de junho de 2015, que cria o Grupo Gestor de Controle e Eficiência do Gasto Público.
5.373 de 01/02/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.374 de 03/02/2016	Declara facultativo o ponto nas datas que especifica.
5.376 de 03/02/2016	Homologa o Plano de Controle de Poluição Veicular do Estado do Tocantins - PCPV-TO, aprova e institui o Programa que especifica e adota outras providências.
5.377 de 11/02/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.378 de 16/02/2016	Dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2016, e adota outras providências.
5.379 de 18/02/2016	Destina ao uso especial do Ministério Público do Estado do Tocantins o imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.380 de 22/02/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.382 de 23/02/2016	Institui o Gabinete de Enfrentamento à Crise na Saúde do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
5.384 de 29/02/2016	Revoga os diplomas legais que especifica, e adota outra providência.
5.385 de 29/02/2016	Altera o Decreto 5.057, de 5 de junho de 2014, que doa à Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT o terreno urbano que especifica, e adota outras providências.
5.386 de 01/03/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.388 de 01/03/2016	Institui Comissão de Liquidação da Companhia de Comunicação do Estado do Tocantins - COMUNICATINS, e adota outras providências.
5.390 de 09/03/2016	Dispõe sobre a vinculação administrativa da Escola Cooperativa Chapadão, e adota outra providência.
5.391 de 10/03/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.393 de 14/03/2016	Destina ao uso especial da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes os imóveis que especifica, e adota outra providência.
5.394 de 14/03/2016	Destina ao uso especial da Secretaria da Fazenda o imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.396 de 21/03/2016	É facultativo o ponto no dia 24 de março de 2016, Quinta-Feira de Endoenças.
5.397 de 21/03/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.399 de 22/03/2016	Autoriza a cessão de uso do bem imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.400 de 22/03/2016	Altera o Decreto 5.306, de 11 de setembro de 2015, que fixa valores, prazos e procedimentos relativos à operacionalização de recursos pelo



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	Banco do Empreendedor, e adota outras providências.
5.401 de 23/03/2016	Destina ao uso especial da Secretaria de Cidadania e Justiça o imóvel que especifica, e adota outras providências.
5.402 de 28/03/2016	Declara Luto Oficial pelo falecimento da Ex-secretária da Fazenda do Estado do Tocantins, Josefa Iracele Pereira Santiago.
5.403 de 28/03/2016	Autoriza a cessão de uso do bem imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.404 de 29/03/2016	Dispõe sobre a identidade padrão de comunicação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, e adota outra providência.
5.405 de 31/03/2016	Acrescenta o inciso IV ao §1º do art. 17 do Decreto 3.197, de 7 de novembro de 2007, que dispõe sobre consignações em folha de pagamento no âmbito do Poder Executivo.
5.406 de 01/04/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.409 de 06/04/2016	Institui o Portal Simplifica Tocantins, e adota outras providências.
5.410 de 07/04/2016	Institui a campanha estadual "Abril Contra o Aedes aegypti", e adota outras providências.
5.411 de 08/04/2016	Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
5.412 de 11/04/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.414 de 11/04/2016	Declara situação de risco e vulnerabilidade, com potencialidade de queimadas e incêndios florestais na área de cobertura vegetal dos municípios que especifica, e adota outras providências.
5.415 de 12/04/2016	Renova o reconhecimento do Curso de Farmácia, ministrado pelo Centro Universitário UNIRG.
5.416 de 12/04/2016	Altera o Decreto 5.241, de 14 de maio de 2015, que institui o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CEPUR, e adota outras providências.
5.419 de 15/04/2016	Declara situação de anormalidade, caracterizada como situação de emergência, nas regiões com áreas agrícolas do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
5.420 de 18/04/2016	Declara facultativo o ponto na data que especifica.
5.421 de 20/04/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.423 de 02/05/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.425 de 04/05/2016	Aprova o Regulamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD.
5.426 de 09/05/2016	Autoriza a cessão de uso do bem imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.427 de 10/05/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.430 de 12/05/2016	Dispõe sobre o remanejamento das dotações orçamentárias que especifica. Dispõe sobre o remanejamento das dotações orçamentárias que especifica. Dispõe sobre o remanejamento das dotações



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	orçamentárias que especifica.
5.431 de 16/05/2016	Institui o Prêmio "Eudoro Pedroza", e adota outras providências.
5.432 de 23/05/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.434 de 23/05/2016	Declara facultativo o ponto nas datas que especifica.
5.435 de 24/05/2016	Altera o Decreto no 5.378, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2016, e adota outras providências.
5.436 de 25/05/2016	Institui o Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o Estado do Tocantins e o Grupo Energisa S.A., e adota outras providências.
5.437 de 01/06/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.440 de 02/06/2016	Dispõe sobre o procedimento preliminar para aquisição de bens e serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências.
5.442 de 10/06/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.444 de 15/06/2016	Dispõe sobre o Conselho Gestor do FUMPOL-TO, instituído pela Lei 3.046, de 16 de dezembro de 2015, e adota outras providências.
5.445 de 16/06/2016	Cede ao Município de Nova Olinda o uso das áreas de terreno urbano que especifica, e adota outra providência.
5.446 de 16/06/2016	Altera o Decreto 5.410, de 7 de abril de 2016, que institui a campanha estadual "Abril Contra o Aedes aegypti".
5.447 de 17/06/2016	Altera o Decreto 5.264, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre o cálculo do valor adicionado, da quota igual, da população, da área territorial e dos critérios ambientais, relativos à composição do Índice de Participação dos Municípios - IPM.
5.448 de 20/06/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.451 de 22/06/2016	Dispõe sobre a indenização pelo horário extraordinário de trabalho prestado por bombeiro militar, e adota outras providências.
5.452 de 22/06/2016	Altera o Decreto 3.950, de 25 de janeiro de 2010, que institui Normas Técnicas de Competência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO.
5.453 de 27/06/2016	Doa ao Sindicato dos Guardas Metropolitanos de Palmas Tocantins - SIGMEP a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência.
5.454 de 28/06/2016	Destina ao uso especial do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins o imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.455 de 30/06/2016	Dispõe sobre a Unidade Gerenciadora do Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins - UGP-PRODOESTE, e adota outras providências.
5.456 de 30/06/2016	Aprova o Regulamento Operativo - ROP do Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins - PRODOESTE, e adota outras providências.



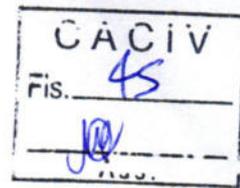
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

5.457 de 01/07/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.459 de 05/07/2016	Institui o Sistema Cartográfico do Estado do Tocantins - SCE, e adota outras providências.
5.461 de 06/07/2016	Cede ao Município de Peixe o uso da área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência.
5.462 de 06/07/2016	Cede ao Município de Itaporã do Tocantins o uso da área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência.
5.463 de 06/07/2016	Cede ao Município de Colméia o uso da área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência.
5.464 de 11/07/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.467 de 19/07/2016	Destina ao uso especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO o imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.468 de 20/07/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.470 de 26/07/2016	Dispõe sobre procedimentos para destinação de produtos e subprodutos florestais apreendidos em decorrência de infração administrativa ambiental, e adota outras providências.
5.471 de 26/07/2016	Dispõe sobre a organização de unidades da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outras providências.
5.472 de 28/07/2016	Altera o §1º do art. 37 do Decreto 5.378, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2016.
5.473 de 28/07/2016	Autoriza a Secretaria da Administração a baixar normas relativas ao exercício da atividade de instrutoria realizada no âmbito do Poder Executivo, e adota outra providência.
5.474 de 28/07/2016	Altera o §3º do art. 5º do Decreto 5.306, de 11 de setembro de 2015, que fixa valores, prazos e procedimentos relativos à operacionalização de recursos pelo Banco do Empreendedor.
5.475 de 01/08/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica
5.478 de 08/08/2016	Aprova o Regulamento do Curso de Formação Profissional - Grupo Defesa Social e Segurança Penitenciária. - Republicado DOE 4681 de 10.08.2016
5.479 de 10/08/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica
5.481 de 12/08/2016	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terras que especifica, e adota outras providências.
5.482 de 12/08/2016	Altera o Decreto 3.104, de 9 de agosto de 2007, que cria a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - CE-P2R2.
5.483 de 15/08/2016	Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho, e adota outras providências.
5.484 de 19/08/2016	Autoriza a cessão de uso do bem imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.485 de 19/08/2016	Fixa os Índices de Participação dos Municípios - IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2017. Republicado DOE 4716 DE 03/10/2016
5.486 de 22/08/2016	Altera o art. 7º do Decreto 5.378, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o



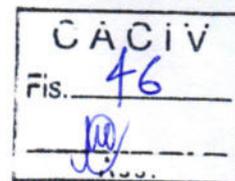
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	exercício de 2016.
5.487 de 22/08/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.489 de 22/08/2016	Revoga o Decreto 2.827, de 17 de agosto de 2006, que dispõe sobre a Avaliação Periódica de Desempenho - APED dos Policiais Civis, e adota outra providência.
5.490 de 22/08/2016	Dispõe sobre o Processo Administrativo Eletrônico - PAE, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.
5.491 de 23/08/2016	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terras que especifica, e adota outra providência.
5.492 de 25/08/2016	Altera o Anexo Único do Decreto 5.225, de 17 de abril de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo - QOD da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO.
5.494 de 25/08/2016	Dispõe sobre a organização de unidades da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outras providências.
5.495 de 29/08/2016	Determina a requisição administrativa dos bens que especifica, em razão de perigo iminente nas unidades hospitalares públicas estaduais, e adota outras providências.
5.496 de 30/08/2016	Altera o art. 18 do Regulamento do Curso de Formação Profissional - Grupo Defesa Social e Segurança Penitenciária, aprovado pelo Decreto 5.478, de 8 de agosto de 2016.
5.497 de 01/09/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.501 de 02/09/2016	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
5.502 de 05/09/2016	Declara facultativo o ponto na data que especifica.
5.503 de 06/09/2016	Destina ao uso especial da Secretaria da Segurança Pública o imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.504 de 12/09/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.506 de 20/09/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.508 de 29/09/2016	Prorroga o prazo de que trata o art. 1º do Decreto 5.495, de 29 de agosto de 2016.
5.511 de 03/10/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.513 de 10/10/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.516 de 14/10/2016	Revoga o art. 1º do Decreto 2.563, de 27 de outubro de 2005.
5.518 de 19/10/2016	Destina ao uso especial da Secretaria da Segurança Pública o imóvel que especifica, e adota outra providência.
5.520 de 20/10/2016	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outra providência.
5.522 de 26/10/2016	Anula o Decreto 4.341, de 29 de junho de 2011, que autoriza a mudança de endereço da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína - FAHESA.
5.523 de 26/10/2016	Declara facultativo o ponto na data que especifica.
5.524 de 27/10/2016	Prorroga o prazo de que trata o art. 1º do Decreto 5.495, de 29 de agosto de 2016.
5.525 de 27/10/2016	Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2016, e adota outras providências.
5.526 de 01/11/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.527 de 01/11/2016	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
5.552 de 21/12/2016	Dispõe sobre a Adesão do Estado do Tocantins ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, e adota outras providências.
5.553 de 21/12/2016	Altera o Decreto 5.525, de 27 de outubro de 2016, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2016, e adota outra providência.
5.555 de 23/12/2016	Altera o inciso IV do art. 2º do Decreto 5.164, de 8 de dezembro de 2014, regulamentando a Lei 1.209, de 21 de fevereiro de 2001, que institui o Ressarcimento de Despesas de Atividade Fiscal - REDAF, e adota outra providência.
5.556 de 23/12/2016	Aprova o Regulamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP-TO, e adota outras providências.
5.528 de 01/11/2016	Declara Luto Oficial pelas vítimas pelo desabamento da gruta popularmente designada "Casa de Pedra".
5.529 de 01/11/2016	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
5.530 de 08/11/2016	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
5.532 de 10/11/2016	Estabelece medidas de redução e de controle das despesas de custeio e de pessoal do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.
5.533 de 10/11/2016	Dispõe sobre jornada diária de trabalho nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências.
5.534 de 16/11/2016	Institui o Prêmio Mérito Ambiental do Tocantins, e adota outras providências.
5.535 de 17/11/2016	Dispõe sobre a transposição das dotações orçamentárias que especifica.
5.536 de 17/11/2016	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
5.537 de 17/11/2016	Institui o Comitê Estratégico do Agronegócio do Tocantins - CEAT, e adota outras providências.
5.538 de 17/11/2016	Declara a opção do Estado do Tocantins, no ano calendário 2017, pela aplicação das faixas de receita bruta anual para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional.
5.539 de 17/11/2016	Cede à Universidade Federal do Tocantins - UFT o uso da área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências.
5.540 de	Reconhece o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet,



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

18/11/2016	ministrado pelo Centro Universitário UNIRG.
5.541 de 21/11/2016	Institui o Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o Estado do Tocantins e o Grupo Energisa S.A., e adota outras providências.
5.546 de 12/12/2016	Acrescenta o inciso III ao parágrafo único do art. 1º do Decreto 5.532, de 10 de novembro de 2016, que estabelece medidas de redução e de controle das despesas de custeio e de pessoal do Poder Executivo Estadual.
5.547 de 13/12/2016	Revoga o Decreto 2.955, de 1º de março de 2007, que destina ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS parte da área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência.
5.548 de 14/12/2016	Dispõe sobre a organização de unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO.
5.549 de 14/12/2016	Altera o Anexo Único do Decreto 5.120, de 15 de setembro de 2014, que homologa o resultado final do concurso público que especifica.
5.551 de 16/12/2016	Altera o Decreto 4.051, de 11 de maio de 2010, que, regulamentando a Lei 2.296, de 11 de março de 2010, dispõe sobre o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - PLANSAÚDE.

IV – Atos Administrativos

Ato oficial é todo ato lícito e de vontade, emanado de autoridade competente, capaz de produzir efeitos na ordem jurídica, tendo por escopo imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos. É por este meio que o Governador, por exemplo, pode autorizar a consecução de providências administrativas, designar pessoas para o exercício de funções, assim como nomear, exonerar e promover agentes públicos.

Além de Leis e Decretos, a Casa Civil trabalha na produção, apreciação, controle e arquivo em meios físicos e eletrônicos dos atos do Governador.

Nesse contexto, foi registrada a produção de 3.994 Atos conclusos (publicados) no ano de 2016. A tabela a seguir demonstra, com maiores detalhes, a atividade desenvolvida.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

Tabela – Quantidade de Atos Administrativos exarados pela Governadoria e publicados no período de janeiro a dezembro de 2016.

GOVERNADORIA	Qtd.
Atos Diversos: (Agradar, Anular, Atribuir, Autorizar, Considerar, Delegar, Designar, Exonerar, Manter, Nomear, Promover e Retificar)	1.464
Decretos Normativos	183
Medidas Provisórias	52
Mensagens à Assembleia Legislativa, Projetos de Lei e Projetos de Lei Complementar	172
Mensagens de Veto	9
Leis Ordinárias e Leis Complementares	128
TOTAL	2008

Tabela – Quantidade de Atos Administrativos exarados pela Casa Civil e publicados no período de janeiro a dezembro de 2016.

CASA CIVIL	Qtd.
Portarias: (Exonerar, Retificar, Suspender, Designar, Anular, Cessão, Determinar e Revogar)	1619
Apostilas	112
Edições online do Diário Oficial do Estado e Suplementos	
TOTAL	1986

5.6.2 Programa de Previdência Social

Não há programa de Previdência Social.

5.6.3 Programas Finalísticos

Não há programas Finalísticos.

5.6.4 Programa de Gestão de Políticas Públicas

Não há programa de Gestão de Políticas Públicas.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

CACIV
Fis. 48
1000

5.6.5 Programa de Serviços ao Estado

Não há programa de Serviços ao Estado.

5.7 Indicadores de Gestão

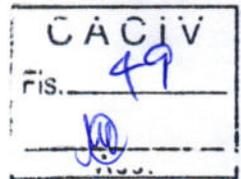
5.7.1 Execução Orçamentária

Indicador: Índice de Eficiência da Execução Orçamentária do Programa de Manutenção da Casa Civil.

Fórmula: $\frac{\text{Total do Orçamento Executado} \times 100}{\text{Total do Orçamento Aprovado}} =$

Fórmula: $\frac{3.990.313,14 \times 100}{4.016.921,00} = 99,34\%$

Comentário: A execução de 99,34% da dotação autorizada no exercício demonstra um adequado planejamento, tendo em vista que a execução orçamentária realizou praticamente 100% das metas pré-estabelecidas, demonstrando uma forma responsável de administração dos recursos públicos e observância ao Princípio da Legalidade, o qual obedeceu a legislação pertinente.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

5.7.2 Quadro de Pessoal

Indicador: Índice de Eficiência de Aumento do Quadro Pessoal

Fórmula: $\frac{\text{Quantidade de Servidores Atual}}{\text{Quantidade de Servidores Necessária}} \times 100 =$

Fórmula: $\frac{40}{43} \times 100 = 93,02\%$

Comentário: Durante o ano de 2016 e com a principal atribuição desta Casa Civil, que é assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições fez-se necessário uma reorganização nesta Casa e no quadro de pessoal, garantindo a eficácia à nova rotina de trabalho.

5.8 Disfunções Existentes

Não houve disfunções.

5.9 Situação dos Projetos

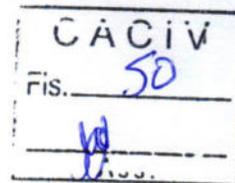
Não existem projetos.

5.10 Dificuldades Encontradas

Não houve dificuldade na realização das ações desenvolvidas por esta Casa Civil. Foi executado 99,34% da dotação autorizada no exercício como demonstrado anteriormente, as atividades foram realizadas por meio do Programa Gestão e Manutenção da Casa Civil, possibilitando assim o remanejamento de outras ações. Não houve auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício de 2016.

5.11 Resultados do acompanhamento, Fiscalização e Avaliação dos Projetos

Não houve projetos.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

5.12 Transferências de Recursos

Não houve transferência de recursos no exercício de 2016.

5.13 Considerações Finais

Consciente do papel e da importância da Casa Civil para o Governo do Estado este órgão realizou todas as suas atividades, durante o exercício de 2016, prezando sempre pelo comprometimento e cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas, assessorando o Governo do Estado e elaborando projetos de lei os quais são de grande relevância para a sociedade tocantinense.

No que tange ao desempenho econômico-financeiro é mister ressaltar que os resultados positivos alcançados na execução dos trabalhos advêm da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos. Conforme demonstra a execução orçamentária, os recursos foram aplicados de forma conveniente na Administração Pública, e em conformidade com o Plano de Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Estamos certos de haver cumprido o dever e a missão a nós conferidos, ambos valiosos, porque se pode responder concretamente a diversas exigências referentes às Normas do Direito Público, em especial às Normas de Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE, em Palmas, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2016.


Télió Leão Ayres
Secretário-Chefe